

**HABEAS CORPUS Nº 544.765 - SP (2019/0336363-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROMILSON DA SILVA PAIVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROMILSON DA SILVA PAIVA no qual se aponta como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relator do HC n. 2246114-18.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 31/10/2019, pelo crime de furto, em razão da subtração de "*uma caixa com oito latas de bebida Red Bull, três peças de salame e quatro peças de picanha*" de um supermercado (e-STJ fl. 13). Na audiência, foi-lhe concedida a liberdade provisória, condicionada ao pagamento de fiança estipulada no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), entre outras condições.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o relator indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 68/69).

No presente *habeas corpus*, a impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal suficiente para superar o óbice previsto na Súmula n. 691/STF. Alega que o paciente é hipossuficiente e que não tem recursos para pagar a fiança. Aduz que, "*nos casos em que as condições financeiras indicam que ele não possui condições financeiras de arcar com fiança, é dado ao juiz dispensá-lo*" (e-STJ fl. 4). Ao final, requer a revogação da segregação cautelar.

Liminar deferida às e-STJ fls. 74/79.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade da impetração às e-STJ fls. 104/105.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo de origem, em 8/11/2019, a denúncia foi rejeitada, nos termos do art. 395, II e III, do Código de Processo Penal, determinando-se a expedição de alvará de soltura em favor do ora paciente (e-STJ fl. 85). Consta, ainda, que "o alvará foi cumprido e o paciente encontra-se solto" (e-STJ fl. 86).

Fica, portanto, sem objeto o pedido contido neste *writ*, não havendo mais interesse processual, por não existir necessidade e utilidade da prestação jurisdicional.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator